



## CPI pede que Polícia Federal retenha passaporte de doleiro

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), presidente da CPI do Banestado, requereu à Polícia Federal que rastreie o paradeiro de Antônio Oliveira Claramunt, o doleiro conhecido como Toninho Barcelona, e retenha seu passaporte, para impedi-lo de deixar o País.

O doleiro era esperado para depor na comissão e não compareceu à audiência. “O advogado dele encaminhou uma carta explicando que, embora ciente de sua convocação, Claramunt não teria condições de comparecer na data marcada pela CPI”, disse Antero.

A CPI resolveu convocá-lo depois que escutas telefônicas, realizadas pela Justiça, indicaram o envolvimento dele em transações ilegais de remessas de dólares ao exterior. O senador reafirmou que a comissão vai ouvir na próxima terça-feira (27/4) o ex-prefeito de São Paulo, Celso Pitta.

O ex-prefeito deve explicar aos parlamentares a origem dos dólares com que teria movimentado contas bancárias no exterior. De acordo com autoridades policiais e o Ministério Público, as contas foram alimentadas com recursos desviados de obras públicas. A CPI aprovou requerimento solicitando à juíza Simone Casoretti, da 14ª Vara de Fazenda Pública, toda a documentação sobre a movimentação bancária de Celso Pitta remetida pelo governo da Suíça.

A comissão também irá se reunir com a força-tarefa (Ministério Público, Receita Federal e Polícia Federal) de investigação no Paraná. Os parlamentares vão ouvir o doleiro Alberto Yossef, suspeito de remessa ilegal de dinheiro para o exterior. Ele está preso na capital paranaense. “Vamos aproveitar essa diligência para também tentar ouvir Toninho Barcelona e, com isso, ganhar tempo”, afirmou Paes de Barros.

O senador aproveitou a reunião em que Toninho seria ouvido para apreciar e votar requerimentos. Foram revisados mais de cem requerimentos de convocação de pessoas para prestarem esclarecimento, quebras de sigilos fiscal, bancário e telefônico, e pedidos de transferências de documentos para a comissão.

Os parlamentares aprovaram a convocação de Norma Regina Emílio Cunha, ex-mulher do juiz João Carlos da Rocha Mattos, investigados pela Operação Anaconda da Polícia Federal. Também foram convocados o ex-presidente e o diretor de marketing da Gtech Brasil, Antonio Carlos Rocha e Marcelo Rovai, denunciados pelo Ministério Público de prejuízos ao patrimônio público no contrato firmado com a Caixa Econômica Federal, com envolvimento de Waldomiro Diniz.



A Gtech aparece nas bases de dados da CPI com intensa movimentação de recursos com o exterior. A CPI decidiu ainda convocar Ezequiel Edmond Nasser, ex-presidente do Banco Excel Econômico e a diretoria do Banco Excel, bem como a diretoria do Banco Bilbao Vizcaya, que assumiu o controle do Excel Econômico a partir de 1998, para explicar as negociações com o Banco Central no período entre 1995, quando o Banco Econômico foi absorvido pelo Excel, até 1998, quando foi vendido ao BBV. As negociações teriam resultado em grandes prejuízos ao Tesouro e remessas ilegais de recursos ao exterior.

Foram quebrados os sigilos bancário, fiscal e telefônico de 28 empresas e pessoas físicas que figuram como clientes da Beacon Hill, empresa americana liquidada pelas autoridades norte-americanas por atividades ilegais no mercado financeiro, cujas contas CC5 teriam sido utilizadas para a remessa de cerca de 12 bilhões de dólares irregularmente ao exterior no período entre 1996 e 2002.

A CPI decidiu ainda reconvocar Alberto Dalcanale Neto e Ruth Whately Bandeira de Almeida, ex-presidente e ex-diretora do extinto banco Araucária, para que prestem maiores esclarecimentos à comissão sobre o uso de “laranjas” para remessas irregulares de recursos ao exterior.

Também foram reconvocados os ex-controladores e diretores brasileiros do Banco Integración, que funcionava no Paraguai e era utilizado para movimentação ilegal de contas CC5 na agência do Banestado em Foz do Iguaçu, no Paraná. Eles também podem ser interrogados pela CPI durante a diligência em Curitiba, na próxima semana.

Foram ainda convocados todos os ex-diretores da Sabesp, a empresa de água e saneamento de São Paulo no período entre setembro e dezembro de 1997, bem como os ex-diretores da Companhia Riograndense de Telecomunicações no mesmo período, para esclarecerem operações internacionais e remessas suspeitas de recursos ao exterior. (Assessoria de Imprensa)

**Autores:** Redação Conjur